



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1185/2023
(à MPV 1185/2023)

Dê-se nova redação aos incisos II e III do *caput* do art. 4º; e acrescente-se inciso IV ao *caput* do art. 4º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 4º

.....

II – ato concessivo da subvenção anterior à data de implantação ou de expansão do empreendimento econômico;

III – ato concessivo da subvenção que estabeleça, expressamente, as condições e contrapartidas a serem observadas pela pessoa jurídica, relativas à implantação ou à expansão do empreendimento econômico; e

IV – não ter sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão ambiental, por crimes ou infrações administrativas contra meio ambiente.”

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal define o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental e estabelece uma série de ações a serem tomadas pelo Poder Público. A Carta Magna também traz a defesa do meio ambiente como um dos princípios gerais da ordem econômica, permitindo, inclusive, o tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

Nesse sentido, entendo que qualquer subvenção concedida à pessoa jurídica para investimento deve observar a conduta da empresa em relação ao meio ambiente. Por isso, apresento esta emenda que coloca como requisito para



habilitação ao benefício de crédito fiscal a não condenação por crimes ou infrações administrativas contra o meio ambiente.

Certo da importância deste tipo de ação para a proteção ambiental em nosso país, peço apoio dos Nobres Parlamentares para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 1 de setembro de 2023.

Deputado Túlio Gadêlha
(REDE - PE)
Rede Sustentabilidade

